CLWP Eólica Parque XIX S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
CLWP Eólica Parque XIX S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CLWP Eólica Parque XIX S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CLWP Eólica Parque XIX S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 12 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

2022CB013316

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

CLWP EÓLICA PARQUE XIX S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ n° 17.928.213/0001-80
NIRE n° 42 3 0005010-5
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Eólica Parque XIX S.A. ("Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Campo Largo XIX, com potência instalada de 33,6 MW, garantia física de 17,9 MW médios e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia é uma das 11 Centrais Eólicas (Centrais) que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo II, e está localizada entre os municípios de Umburanas e Sento Sé, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à CLWP Brasil II Participações S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez, é uma controlada da ENGIE. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

A Central Eólica Campo Largo XIX iniciou sua operação comercial em 21.05.2021. A partir dessa data, até o fim do período em análise, atingiu uma geração total bruta de 86,3 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, foi de 95,2%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2021
Receita operacional líquida	16.817
Lucro bruto	10.316
Margem bruta	61,3%
Resultado do serviço (Ebit)	10.150
Ebitda (Lajida)[1]	13.924
Margem Ebitda (Lajida)	82,8%
Resultado financeiro	(9.781)
Lucro líquido do exercício	369

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

O resultado da Companhia decorre da entrada em operação comercial em 2021. A Companhia destinou sua energia ao mercado livre, por meio de um contrato com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021.

A Administração

CLWP EÓLICA PARQUE XIX S.A.

CNPJ N° 17.928.213/0001-80 | NIRE N° 42 3 0005010-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.012	45.988
Contas a receber de clientes	5	2.885	-
Outros ativos circulantes		1.437	55
		45.334	**46.043**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	3.173	-
Outros ativos não circulantes		441	-
		3.614	**-**
Imobilizado	**7**	**148.409**	**124.860**
Intangível		**-**	**552**
Direito de uso de arrendamentos	**11**	**2.914**	**1.597**
		154.937	**127.009**
TOTAL		**200.271**	**173.052**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE XIX S.A.

CNPJ N° 17.928.213/0001-80 | NIRE N° 42 3 0005010-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	1.798	324
Financiamento	10	6.630	2.283
Arrendamentos a pagar	11	292	171
Outros passivos circulantes		291	80
		9.011	**2.858**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	108.323	92.987
Arrendamentos a pagar	11	2.764	1.490
Provisão para desmobilização	7	4.087	-
		115.174	**94.477**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**		
Capital social		76.574	76.574
Prejuízos acumulados		(488)	(857)
		76.086	**75.717**
TOTAL		**200.271**	**173.052**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE XIX S.A.
CNPJ N° 17.928.213/0001-80 | NIRE N° 42 3 0005010-5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**13**	**16.817**	**-**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(3.774)	-
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.686)	(225)
Serviços de terceiros		(767)	-
Outros		(274)	-
		(6.501)	**(225)**
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		**10.316**	**(225)**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(166)	(154)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**10.150**	**(379)**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		1.238	-
Renda de depósitos vinculados		72	-
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(10.633)	-
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	7	(258)	-
Juros sobre arrendamentos, líquidos de PIS e Cofins	11	(170)	-
Outras despesas financeiras, líquidas		(30)	(33)
		(9.781)	**(33)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**369**	**(412)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**369**	**(412)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**369**	**(412)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE XIX S.A.

CNPJ N° 17.928.213/0001-80| NIRE N° 42 3 0005010-5

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019 (não auditado)		**20.660**	**(445)**	**20.215**
Aumento de capital		55.914	-	55.914
Prejuízo do exercício		-	(412)	(412)
Saldos em 31.12.2020	**12**	**76.574**	**(857)**	**75.717**
Lucro líquido do exercício		-	369	369
Saldos em 31.12.2021	**12**	**76.574**	**(488)**	**76.086**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE XIX S.A.
CNPJ N° 17.928.213/0001-80| NIRE N° 42 3 0005010-5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	369	(412)
Conciliação do resultado com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	3.774	-
Juros e variação monetária sobre financiamento	10.633	-
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	258	-
Juros sobre arrendamentos, líquidos de PIS e Cofins	170	-
Renda de depósitos vinculados	(72)	-
Outros	-	2
Resultado do exercício ajustado	**15.132**	**(410)**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(2.885)	-
Outros ativos	(1.813)	(5)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	34	80
Outros	211	(24)
Caixa gerado (utilizado) nas operações	**10.679**	**(359)**
Pagamentos de juros sobre financiamento	(1.557)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**9.122**	**(359)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(16.849)	(102.247)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(16.849)**	**(102.247)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	55.914
Captação de financiamento	8.132	92.740
Pagamento de financiamento	(2.087)	-
Pagamento de arrendamentos	(193)	(124)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.101)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**2.751**	**148.530**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(4.976)**	**45.924**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	45.988	64
Saldo final	41.012	45.988
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(4.976)**	**45.924**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 18 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Eólica Parque XIX S.A. ("Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 11.04.2013, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Eólica Campo Largo XIX ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 33,6 MW[1] e garantia física de 17,9 MW médios. Em 21.05.2021, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Campo Largo II, com participação de 9,30%. O Consórcio Campo Largo II é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 12.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) perspectiva de lucros nos exercícios futuros. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

h) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

i) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo lucro real, de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

k) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo II (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

l) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n°17 17			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 18			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 19			
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC n° 50			
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	266	78
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	40.746	45.910
	41.012	**45.988**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R$ 2.885 correspondem a contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2039, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2021.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R$ 3.173 relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2021			31.12.2020
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,8%	144.790	(3.568)	141.222	-
Edificações e benfeitorias	3,3%	7.352	(165)	7.187	-
		152.142	**(3.733)**	**148.409**	**-**
Em curso		**-**	**-**	**-**	**124.860**
		152.142	**(3.733)**	**148.409**	**124.860**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019 (não auditado)	**-**	**-**	**20.626**	**20.626**
Ingressos	-	-	101.552	101.552
Juros, V.M. e deprec. capitalizados	-	-	2.682	2.682
Saldos em 31.12.2020	**-**	**-**	**124.860**	**124.860**
Ingressos	-	-	18.841	18.841
Provisão para desmobilização	-	-	3.829	3.829
Juros, V.M. e deprec. capitalizados	-	-	4.612	4.612
Transferências	144.790	7.352	(152.142)	-
Depreciação	(3.568)	(165)	-	(3.733)
Saldos em 31.12.2021	**141.222**	**7.187**	**-**	**148.409**

c) Provisão para desmobilização

Em 2021, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 4,44%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização, registrado no passivo não circulante em 31.12.2021, era de R$ 4.087. No exercício de 2021 foram reconhecidos juros e variação monetária de R$ 258 no resultado.

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Central Eólica Campo Largo XIX, com capacidade instalada de 33,6 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 12.2019.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	1.619	179
Encargos de uso da rede elétrica	175	145
Fornecedores de materiais e serviços	4	-
	1.798	**324**

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**2021**	**2022**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Administração**
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2021	Sensibilidade		
		Provável	**Δ + 25%**	**Administração**
Financiamento				
IPCA	114.953	5.740	(1.435)	877

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	114.953	95.270
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.173)	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(41.012)	(45.988)
Dívida líquida	**70.768**	**49.282**
Patrimônio líquido	**76.086**	**75.717**
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	**0,9**	**0,7**

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1.798	-	-	-	1.798
Financiamento	11.068	21.334	20.242	105.755	158.399
	12.866	**21.334**	**20.242**	**105.755**	**160.197**

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	40.746	45.910
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	266	78
Contas a receber de clientes	2.885	-
Depósitos vinculados	3.173	-
	47.070	**45.988**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	1.798	324
Financiamento	114.953	95.270
	116.751	**95.594**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

Em abril de 2020, a Companhia contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 101.428, cuja liberação total ocorreu até 31.12.2021. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção da central geradora eólica.

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Ingressos	-	92.740	92.740
Juros e V.M. capitalizados	1.071	1.459	2.530
Transferências	1.212	(1.212)	-
Saldos em 31.12.2020	**2.283**	**92.987**	**95.270**
Ingressos	-	8.132	8.132
Juros e V.M.	338	10.295	10.633
Juros e V.M. capitalizados	4.562	-	4.562
Transferências	3.091	(3.091)	-
Amortização do principal	(2.087)	-	(2.087)
Amortização de juros	(1.557)	-	(1.557)
Saldos em 31.12.2021	**6.630**	**108.323**	**114.953**

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	6.374
2024	6.374
2025	6.374
2026	6.374
2027	6.374
2028 a 2032	31.868
2033 a 2039	44.585
	108.323

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
BNDES	IPCA + 4,23% a.a.	12.2039	Mensais, a partir de setembro de 2021

d) Garantias

As garantias dos financiamentos são: (a) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; (b) cessão fiduciária dos recebíveis e direitos emergentes da autorização; (c) contas reserva do serviço da dívida e O&M; (d) fiança corporativa da ENGIE e de sua controladora CLWP Brasil II Participações S.A.; (e) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (f) pagamento de dividendos limitados até o atendimento de determinadas condições.

e) Compromissos contratuais (*covenants*)

O compromisso estabelecido no contrato de financiamento com o BNDES corresponde ao Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") ≥ 1,30. A apuração deste *covenant* ocorrerá a partir do exercício de 2022.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado o seu parque eólico, cuja vigência é até 2063.

a) Direito de uso de arrendamentos

Saldo em 31.12.2019 (não auditado)	**1.063**
Remensuração	562
Depreciação capitalizada	(28)
Saldo em 31.12.2020	**1.597**
Remensuração	1.367
Depreciação capitalizada	(9)
Depreciação	(41)
Saldo em 31.12.2021	**2.914**

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019 (não auditado)	**115**	**984**	**1.099**
Remensuração	-	562	562
Juros capitalizados	124	-	124
Transferências	56	(56)	-
Amortizações	(124)	-	(124)
Saldos em 31.12.2020	**171**	**1.490**	**1.661**
Remensuração	135	1.232	1.367
Juros	180	-	180
Juros capitalizados	41	-	41
Transferências	(42)	42	-
Amortizações	(193)	-	(193)
Saldos em 31.12.2021	**292**	**2.764**	**3.056**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,4% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	264
2024	239
2025	217
2026	196
2027	178
2028 a 2032	669
2033 a 2037	409
2038 em diante	592
Arrendamentos a pagar	**2.764**

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 e 31.12.2020 era de R$ 76.574, representado por 76.573.925 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 76.573.924 pertencem à controladora CLWP Brasil II Participações S.A. S.A. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"). A ECP é controlada pela ENGIE.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	18.472
Transações no mercado de curto prazo	59
	18.531
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	
PIS e Cofins	(1.714)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**16.817**

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2021	
	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	**369**	**369**
Alíquota nominal	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(92)**	**(33)**
Diferenças permanentes		
Depreciação incentivada	92	33
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**-**	**-**

Em 2020, a Companhia apresentou prejuízo, não tendo apuração de tributos.

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2021, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R$ 60.954.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até junho de 2042. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, era de R$ 31.905.

NOTA 16 - SEGUROS

Em 2021, em virtude da entrada em operação dos parques pertencentes ao Conjunto Eólico Campo Largo II, foi contratada apólice de riscos operacionais, abrangendo danos materiais e lucros cessantes, nos montantes de R$ 1.393.181 e R$ 397.012, respectivamente. A vigência da apólice era até 19.03.2022. Após essa data, o Conjunto Eólico Campo Largo II passará a participar da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE, vigente a partir do início de suas operações, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Venda e compra de energia entre partes relacionadas

A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2039, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2021 é de R$ 901.685. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 13 – Conciliação da receita operacional líquida.

NOTA 18 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para desmobilização	3.829	-
Fornecedores de imobilizado	1.440	(695)
Remensuração dos arrendamentos	1.367	562
Juros e variação monetária de financiamento capitalizados	4.562	2.530
Juros e depreciação de arrendamentos capitalizados	50	152

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da CLWP Eólica Parque XIX S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Daian Neves
Diretor Executivo

Patrícia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Müller
Diretora Administrativa e Financeira

Carlos Fernando Bandeira Holme
Diretor Técnico-Operacional

Giuliano Pasquali
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Contador - CRC RS 068193/O-2 T-SC